



## **Um Robin Hood português. A guerrilha miguelista no Algarve (1833 e 1837)**

Janaina Cardoso de Mello \*

**Resumo:** Na primeira metade do século XIX Portugal estava imerso na guerra civil entre o D. Pedro e D. Miguel pela sucessão dinástica. Nesse contexto emerge José Joaquim de Sousa Reis, o Remexido, sendo durante a guerra civil uma importante liderança do exército miguelista no combate às tropas liberais, desempenhando uma ação intensa após o conflito, atuando em guerrilhas nas serras algarvianas contra as forças da Rainha. Discutir a guerra entre liberais e absolutistas em Portugal e seus impactos na sociedade portuguesa oitocentista, analisando também o papel social de Remexido e sua guerrilha no Algarve compreendem os objetivos centrais desse artigo.

**Palavras-chave:** Guerra. Remexido. Portugal.

**Abstract:** In the first half of the nineteenth century Portugal was immersed in civil war between D. Pedro and D. Miguel by dynastic succession. In this context emerges José Joaquim Sousa Reis, Remexido, and during the civil war an important leadership Miguelist Army troops in fighting liberals, playing an intense action after the conflict, acting in guerrillas in the mountains of the Algarve against the forces of the Queen. Discuss the war between liberals and absolutists in Portugal and their impact on nineteenth-century Portuguese society, including by examining the role of social Remexido and his guerrillas in the Algarve include the central objectives of this article.

**Keywords:** War. Remexido. Portugal.

### **Introdução**

---

\* Graduada em História (UERJ); Especialista em História Contemporânea (UFF); Mestre em Memória Social (UNIRIO); Doutora em História Social (UFRJ); Professora da Graduação em Museologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e dos Mestrados em História da UFS-PROHIS e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL-PPGH).



Na primeira metade do século XIX Portugal estava imerso na guerra civil entre o D. Pedro e D. Miguel pela sucessão dinástica de D. João VI. No Brasil, o ex-Imperador era visto como um absolutista cuja “revolução” dos povos o havia deposto para o bem e a liberdade da Nação, já na Europa era um liberal, herói constitucionalista, defensor dos direitos de sua filha D. Maria da Glória, contra a usurpação de seu irmão Miguel. Após a vitória liberal com a finalização da guerra em 1834 persistiam nas ruas as hostilidades entre “bandos de de justiceiros” e “bandos miguelistas”, expondo um país dividido entre os defensores de uma constituição popular e os que insistiam num governo aristocrata e centralizador. Os setores urbanos e rurais portugueses mantinham acesa a chama da insatisfação com a condução do país (VENTURA, 2008).

Nesse contexto emerge José Joaquim de Sousa Reis, o Remexido, sendo durante a guerra civil uma importante liderança do exército miguelista no combate às tropas liberais, desempenha uma ação intensa após o conflito, atuando em guerrilhas nas serras algarvianas contra as forças da Rainha (MESQUITA, 2005). As estratégias militares com ataques e recuos na acidentada geografia ao sul de Portugal levaram à uma representação social dos guerrilheiros lusitanos na imprensa baseada em uma terminologia pejorativa com as designações de “assassinos”, “rebeldes”, “bandidos”, “criminosos”, etc (WIESEBRON, 2001, p. 641-657).

Esse artigo apreende como “comunidade política” (REMOND, 2003) sobretudo a população rural do sul de Portugal como agentes sociais em sua multiplicidade e clivagens, ou seja, os excluídos do sistema que ressignificam os discursos dominantes como forma de resistência, representação e participação, mas também como reprodução das relações sociais experienciadas, haja vista que não estavam isolados da estrutura de dominação.

Os embates entre miguelismo e liberalismo assumem importante destaque no estopim e condução das guerras portuguesas e o termo “liberal”, de origem espanhola, apresenta-se pela primeira vez na Inglaterra identificado com relação a ideologia política norteadora das disputas entre liberais e conservadores (entre 1820 e 1840) sendo estruturado em torno das liberdades individuais, da economia de mercado e do governo parlamentar (BERSTEIN, 1998).

No caso norte-americano, alicerça-se na “vida, liberdade, busca da felicidade e Constituição” em um sistema de representação eletivo, porém ainda em fins do século XVIII mantenedor da escravidão africana nas áreas aristocráticas de plantação sulista. Com o domínio



do liberalismo econômico o Norte impõe-se sobre o mundo rural e seus “valores arcaicos” com princípios democráticos ainda que limitados (BERSTEIN, 1998).

Destoante do modelo anglo-saxônico, a perspectiva francesa de crítica à monarquia absoluta vista como um passado atrasado foi marcada pela violência do triunfo das idéias revolucionárias, sustentadas pelo Iluminismo, mas oscilando entre uma democracia inspirada em Rousseau e um conservadorismo influenciado por Guizot (BERSTEIN, 1998).

Em Portugal os segmentos absolutistas sublevaram-se contra o avanço do ideário liberal em escritos tradicionalistas ou revoltas armadas objetivando:

a defesa do absolutismo régio e dos seus órgãos políticos, da hierarquia social das três ordens, do catolicismo integral e de uma cultura “ortodoxa” que não contrariasse os princípios da fé que a Igreja Romana estatuiu. Este conjunto de idéias constituía, por assim dizer, a tradição, concretizada ao longo do tempo num conjunto de instituições que era necessário manter e (quando muito) reestruturar, opondo-se assim – em espírito sistemático de contra-revolução – a tendência de concepções liberais (TORGAL, s/d, p.11)

O “liberalismo tardio” português assim como o “absolutismo basilar” das instituições monárquicas européias adquirem uma heterogeneidade de significados na cultura política polissêmica do oitocentos. Ora convergente, ora destoante, o percurso dos personagens identificados ou anônimos nos caminhos do poder é sinuoso e permeado por ascensões e derrocadas revelando sucessos e fragilidades, devido à formação tradicional da política ibérica nos quadros da imposição de limites a adoção das idéias oriundas da Revolução Francesa frente às reações da Santa Aliança e os costumes do Antigo Regime.

Num pólo antagônico, o líder emblemático do absolutismo – D. Miguel – foi descrito como “um rei português legítimo, ultimo rei verdadeiramente amado pelo povo, virtuoso e tradicionalista” (MARTINS,1991). Para os escritores liberais Luz Soriano e Alexandre Herculano era um homem vicioso com todos os defeitos portugueses, porém com um alto poder de mobilização das massas populares e por isso sendo coroado como usurpador.

O seu nome é indissociável do movimento de recusa do liberalismo que em Portugal ficou conhecido como miguelismo. A sua imagem está indelevelmente ligada às acções contra-revolucionárias, sobretudo na sua dimensão violenta e popular (LOUSADA; FERREIRA, 2006, p. 9).



Discutir a guerra entre liberais e absolutistas em Portugal, seus impactos na sociedade portuguesa, analisando o papel social de Remexido e sua guerrilha no Algarve são os objetivos desse artigo.

As fontes foram pesquisadas na Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), no Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), na Biblioteca Municipal São Lázaro do Porto (BP), no Arquivo Municipal de Lagoa (AML), no Arquivo Distrital de Faro (ADF), no Arquivo Histórico Militar (AHM) e na biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Segue-se o método de George Rudé (1991) para apreender na guerrilha do Remexido a sua origem e conseqüências, os objetivos, a composição do movimento, as novas idéias e forças sociais que se mesclam às antigas, sua motivação, características, o comportamento das multidões, sua ação, suas lideranças, a comunicação entre essas lideranças e com as massas populares, os alvos ou vítimas do processo, a eficiência da repressão ou da lei e da ordem, as conseqüências do fato e sua significação histórica. E a opção nesse trabalho, sempre que possível, manteve-se em conservar a grafia original das fontes primárias consultadas.

## **1 – As guerras portuguesas no oitocentos.**

A guerra peninsular<sup>1</sup> oriunda das invasões francesas no território ibérico, assim como as reações e contra-reações militares e políticas ao curso de eliminação das famílias monárquicas de seus tronos, afastando prioritariamente Portugal da órbita de influência britânica, exerceu um grande impacto tanto nos setores econômico e social, nas idéias e na mobilidade geográfica do poder luso no ultramar (MALAFAIA, 2008, p. 35).

As conseqüências do embate de forças entre França e Inglaterra, envolvendo Portugal numa campanha militar com forças desiguais – ressentidas com as reduções de despesas e efetivos, realizadas por D. João VI em 1800, baixando a prontidão do exército em função da

---

<sup>1</sup> De acordo com Luís Valente de Oliveira: “O estado de guerra que assolou a península Ibérica, desde 1807 a 1814, tem designações várias: em Portugal são chamadas Invasões Francesas; na Espanha, Guerra da Independência; na França, Guerra da Espanha; e, na Inglaterra, Guerra Peninsular” (OLIVEIRA; RICUPERO, 2007: 9). Em novembro de 2007, o Centro de Estudos Anglo Portugueses (CEAP), a Academia Portuguesa de História e a Comissão Portuguesa de História Militar, realizaram o *Congresso Internacional e Interdisciplinar Evocativo da Guerra Peninsular*, ocorrido na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, onde grande parte dos pesquisadores assumiu o termo “guerra peninsular” nos debates a respeito do contexto aguerrido europeu no início do oitocentos.



carência de braços para a agricultura— resultaram em 10% de perdas humanas em confrontos com o inimigo e também de uma população assolada pela doença, fome e frio (BORGES, 2008, p.52).

Se o *vintismo* foi marcado por discursos políticos liberais, de um lado propagavam-se os ideais revolucionários e de outro os temores reacionários recrudesciam. Novas instâncias de sociabilidade atuavam na formulação de uma “cultura política” que ensejava um debate público e habitava os corredores da Universidade de Coimbra, as páginas dos periódicos que faziam circular as idéias da elite, nas instalações da Academia Real de Ciências de Lisboa, impulsionando o conhecimento científico e as reuniões da Maçonaria e das Sociedades Secretas.

Em Portugal, devido à ausência de instituições políticas organizadas, e, após o vazio político deixado com a partida da Corte Real para o Brasil, em 1807, essas associações tornaram-se um espaço apropriado, no qual elementos da nobreza, do exército, do clero e da burguesia começaram a discutir as idéias liberais e a lutar por uma nova imagem política e ideológica de Portugal, visando sacudir a opressão francesa e inglesa, com o objetivo último de regenerar o reino (NEVES, 2003, p. 33).

As estruturas que sustentavam o antigo regime começaram a ruir quando se criaram condições para a emergência de um novo pensamento de crítica ao absolutismo como símbolo da opressão a ser derrubado através de uma revolução urbana envolvendo um grupo de intelectuais (o Sinédrio)<sup>2</sup> apoiados pelas forças armadas, objetivando uma Constituição que garantisse a liberdade e o progresso do país. Assim, nasceu a Revolução Liberal do Porto.

O fim das Guerras Peninsulares e a derrocada de Napoleão no espaço público europeu colocava na ordem do dia o avanço do liberalismo reunido no Porto em torno de uma causa multifacetada que pleiteava o fim do jugo britânico na condução da nação, o Constitucionalismo contra governos absolutistas e o retorno de D. João VI do Brasil para assumir a condução da nação portuguesa que clamava uma reestruturação política e econômica (REIS, 2005, p.158-160).

O frágil ímpeto inovador do vintismo constitucional português defendia uma *democracia* pautada na soberania da nação, respeito da personalidade individual e igualdade jurídica, ainda que a Carta Magna fosse decretada em nome da Santíssima e Indivisível Trindade e tenha

---

<sup>2</sup> O Sinédrio foi uma associação secreta criada em Portugal pelo desembargador Manuel Fernandes Tomás, por José Ferreira Borges, José da Silva Carvalho e J. Ferreira Viana, no Porto em 22 de Janeiro de 1818. Antecedeu a implantação do liberalismo em Portugal, e foi encorajado pela revolução espanhola de 9 de Março de 1820. Após a revolução liberal na cidade do Porto a 24 de agosto de 1820 a associação extinguiu-se, tendo alguns dos seus membros participado na Junta Provisional do Governo Superior do Reino que iniciou o período do liberalismo em Portugal (SERRÃO; MARQUES, 2002, p. 267-276).



encontrado seus limites nos confrontos nacionais e internacionais desencadeados como contra-reação aos seus princípios liberais (SERRÃO, 1981, p.5-6).

O ano de 1823 marcou o regresso do absolutismo na Península Ibérica, primeiro através da frustrada tentativa do 2º Conde de Amarante Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, Marechal-de-Campo e grande proprietário trasmontano, revoltando-se em Vila Real em 23 de fevereiro. O objetivo da rebelião consistia em “libertar o rei e o País de ‘um punhado de insectos destruidores da santa religião, do trono e pátria’ que em breve levariam à morte física toda a família real.” Embora tenha se disseminado pelas freguesias de Chaves, Mesão Frio, Régua, Vila Pouca de Aguiar, Bragança e outras regiões de Trás-os-Montes, e a Mondim de Basto, Braga e parte do Minho, a revolta foi debelada pelas forças liberais comandadas pelo General Luis do Rego (SERRÃO, 2002, p.562).

Enquanto os ânimos seguiam descontentes em Portugal, a monarquia absoluta regressava à Espanha com os esforços dos conservadores europeus em eliminar focos revolucionários. Em 27 de maio de 1823 houve um golpe em Vila Franca de Xira sob a liderança de D. Miguel contra “o férreo jugo” do liberalismo com uma proclamação moderada alegando ter sido a Majestade Real e a Magistratura ultrajadas pelas ações facciosas que impuseram uma Constituição tirânica. Afirmava não ter objetivos despóticos, mas sim garantir uma constituição no exercício da liberdade do rei, tendo como premissa a união de todos os portugueses, e por isso:

à frente do regimento de Infantaria 23, proclamou os direitos da Coroa e da religião, considerando o rei coacto, atribuindo à Constituição todos os males do País e defendendo a outorga de uma Carta Constitucional pelo monarca (VENTURA, 2008, p.18-19).

A revolta de Vila Francada terminou apropriada por D. João VI na salvaguarda de seu trono em reação as “atitudes conspiratórias” de D. Carlota Joaquina e seu filho D. Miguel. Seguiu para o local da rebelião, onde nomeou um novo governo, investiu D. Miguel ao cargo de Comandante-em-Chefe do Exército, restituiu à rainha suas antigas prerrogativas, dissolveu as Cortes, aboliu a Constituição e efetivou medidas para o retorno do Antigo Regime. Era o fim da primeira fase do constitucionalismo português (VENTURA, 2008, p.18-19).

Todavia, o regresso ao absolutismo não contentou os segmentos mais radicais vinculados a rainha D. Carlota Joaquina que não concordavam com o caráter paternalista e conciliador de D.



João VI e pleiteavam uma postura absolutista sem concessões e fortemente repressora do ideário liberal que teimava subsistir nos “pedreiros livres encapotados” (SARAIVA, 2007, p.284).

O grupo formado por ultra-realistas esteve na vanguarda de vários golpes: uma conjura contra o rei, uma suposta participação no assassinato do Marquês de Loulé (Conselheiro próximo a D. João VI), sendo especulado inclusive o planejamento da morte do Conde de Suberra (Conselheiro do Ministro Pamplona). Mas na noite de 29 de abril de 1824 os antagonismos se intensificaram. D. Miguel, do Castelo de São Jorge em Lisboa, sublevou as tropas aquarteladas. Essas, na madrugada do dia 30, concentram-se no Rossio colocando o rei sob custódia por um Batalhão de Caçadores no Paço da Bemposta. D. Miguel divulgou proclamações a respeito dos objetivos do movimento para: “salvaguardar a pessoa do Rei de um pretendido golpe de Estado e ‘esmagar de uma vez a pestilenta cáfila dos pedreiros-livres’” (SERRÃO, s/d, p.7).

A intervenção do corpo diplomático e do embaixador francês, Hyde de Neuville, libertou o rei e o conduziu a uma nau de guerra inglesa fundeada no rio Tejo e a 9 de maio, embarcou na nau *Windsor-Castle* retomando o controle da situação. Determinou a libertação dos presos políticos, a prisão dos implicados na revolta da Abrilada e a demissão de D. Miguel de suas funções no Exército, sendo ele conduzido a França em 13 de maio por uma fragata inglesa e um brigue francês, seguindo para a Áustria, onde cumpriria um exílio até a morte do pai e início das contendas na sucessão da Coroa portuguesa (SERRÃO, s/d, p.7).

Em Lisboa, antes de morrer em 10 de março de 1826, o rei D. João VI, visando assegurar as regras dinásticas e o desejando reunir as coroas portuguesa e brasileira, elaborou um decreto régio regulando sua sucessão. O rei renovou a indicação do filho D. Pedro, já imperador do Brasil, como seu sucessor e nomeou Regente do reino a Infanta D. Isabel Maria até D. Pedro tomar as providências da sucessão. As disposições confirmavam as regras tradicionais de sucessão dinástica pelo princípio da primogenitura e varonia legítimas (SARAIVA, 2007, p.285).

A perspectiva da reunificação das duas coroas era rejeitada pelos brasileiros, temendo os ímpetos recolonizadores portugueses. Também era polêmica em Portugal porque para os absolutistas ao tornar-se soberano de outra nação D. Pedro perdera tanto o direito a sucessão ao trono, como a própria nacionalidade portuguesa. Aliava-se a essa argumentação jurídica o receio de que D. Pedro pretendesse governar do Rio de Janeiro, esvaziando Portugal de sua representatividade como sede política (SARAIVA, 2007, p.285).





A atitude de suspeição ainda mantinha-se pelo fato de D. Pedro estar vinculado ao constitucionalismo. Tanto os governos absolutistas da Europa quanto os segmentos do absolutismo radical em Portugal desejavam um D. Pedro absoluto, que não revivesse os princípios de uma Carta que remontasse eleições onde ascenderiam ao poder liberais e maçons.

O problema da sucessão dinástica, rememorava desentendimentos políticos e familiares na família real. As relações de D. João VI com os seus filhos eram marcadas pelo afastamento de D. Pedro, seu primogênito e herdeiro, após o 7 de setembro de 1822 da independência do Brasil. Com D. Miguel, não era melhor, visto as revoltas anteriores do infante a primeira vez a favor da restauração dos direitos tradicionais do pai e a segunda contra a vontade deste, intencionando afastar os elementos liberais do governo de D. João VI, ocasionando seu exílio na corte de Viena de Áustria, aos cuidados de Metternich, por crimes de lesa-majestade (WILCKEN, 2005).

A aceitação do curso político de D. Pedro era ofuscada, entre 1827 e 1828, pela resistência dos segmentos absolutistas com insubordinações militares nas regiões do Norte e do Alentejo em Portugal<sup>3</sup>. Ocorreram a sublevação da Guarda Real de Polícia em Lisboa e a contestação feita à Constituição pelos setores religiosos, em função de seu caráter de tolerância às demais religiões e à liberdade de imprensa (SERRÃO; MARQUES, 2002, p.569).

Retornando à Lisboa, em 22 de fevereiro de 1828, D. Miguel dissolve as Cortes constitucionais e convoca as chamadas “Cortes tradicionais” dos três Estados do Reino, que o proclamaram rei (VALENTE, 1993).

No campo militar, o governo miguelista dissolveu os corpos hostis dos batalhões voluntários do comércio e das Guardas Nacionais de Lisboa, criando novos corpos de voluntários realistas. Ainda ampliou e reforçou o Exército e a Marinha, conforme a tabela abaixo:

**Tabela 1:** Contingentes militares no início do governo miguelista.

---

<sup>3</sup> A 2 de Agosto, o Regimento de Infantaria nº 17 e parte do Regimento de Cavalaria nº 2, liderados pelo general Antonio Tavares Magessi, atravessaram a fronteira espanhola com uma efusiva proclamação de apoio a D. Miguel e apelo à revolta portuguesa contra as pretensões liberais; em Lisboa em 21 de Agosto eram presos alguns oficiais da Guarda Real da Polícia envolvidos numa conspiração absolutista; em Setembro o Visconde de Montalegre, vindo da Espanha, invade Portugal com suas tropas declarando apoio aos absolutistas; na região do Algarve as forças de Infantaria nº 14 e o Batalhão de Caçadores nº 4 sublevaram-se na Vila Real de Santo Antonio, concentrando-se mais tarde em Tavira, onde organizaram um governo presidido pelo Desembargador Manuel Cristóvão de Mascarenhas em nome de D. Miguel, dirigindo-se depois para Faro. A reação do governo de Lisboa veio em Outubro na liderança do Ministro da Guerra Saldanha. Concomitantemente a ocorrência das revoltas no Algarve, o Marquês de Chaves acenava a bandeira absolutista com o apoio do Batalhão de Caçadores nº 9 em Trás-os-Montes, obtendo a adesão de numerosos camponeses da região (VENTURA, 2008, p.26-27); Houve também uma revolta miguelista dos militares da Infantaria nº 8, Cavalaria e Artilharia nº 3 ocorrida em Elvas em 30 de Abril de 1827 (VENTURA, 2008, p.31).





Exército	Milícias	Marinha
24 Regimentos de Infantaria; 12 Batalhões de Caçadores; 12 Regimentos de Cavalaria; 4 Regimentos de Artilharia; 4 Companhias de Condutores;  Corpo de Oficiais Engenheiros;  1 Batalhão de Artífices	54 Regimentos com 28.800  homens	Nau D. João VI, de 74 peças, fragatas Diana, Pérola e Amazona, corveta Lealdade, 4 brigues: D. Pedro, Memória, D. Sebastião e D.  João I;  Brigada Real da Marinha
25 mil homens na 1ª Linha	54 mil efectivos na 2ª Linha	Nove navios de Guerra

**Fonte:** Tabela elaborada a partir dos dados presentes In: VENTURA, 2008: 33-34.

Atemorizados pelo golpe de Estado de D. Miguel e a perseguição aos grupos liberais<sup>4</sup>, os constitucionalistas fugiram do país rumando para Inglaterra e França. “A resistência, no entanto, começou imediatamente: o primeiro foco formou-se nos Açores e de modo tão vigoroso e coeso que, logo em 1829, infligiram pesada derrota naval às forças miguelistas na Vila da Praia” (REIS, 2005, p.165). Reuniram-se na ilha Terceira que permaneceu fiel à defesa da legitimidade da rainha de Portugal.

Em 7 de abril de 1831 o imperador D. Pedro I abdicou da coroa do Brasil viajando para a Europa para socorrer os direitos dinásticos de sua filha D. Maria da Glória. Residiu entre Paris e Londres para reunir um exército de portugueses emigrados que embarcaria numa frota para se juntar aos patriotas que resistiam na ilha Terceira aos avanços da armada de D. Miguel, iniciando-se assim na Guerra Civil (1828-1834). A desigualdade de forças entre o diminuto

<sup>4</sup> A manifestação do terror miguelista decorreu de “mais de mil prisões, julgamentos sumários, numerosas condenações à forca, das quais só se puderam cumprir doze porque a maioria dos condenados estava em Inglaterra. As profissões dos enforcados são boa amostra da composição social do partido liberal: quatro juristas, quatro funcionários públicos, quatro militares (três oficiais e um sargento)” (SARAIVA, 2007, p.287).



contingente bélico de sete mil homens de D. Pedro e o exército de oitenta mil homens de seu irmão D. Miguel, virara caricatura nos folhetins de imprensa:

Os jornais conservadores parisienses faziam piada sobre as forças que D. Pedro conseguira reunir. Um artigo publicado no *La monde* dizia que Lafayette tinha posto à disposição de D. Maria seus pequenos soldados de chumbo; que os navios de D. Pedro eram cascas de nozes; que sua munição eram as constituições inglesas; e que ele tinha encomendado a Victor Hugo um canto de guerra (LUSTOSA, 2006, p.321).

Na Europa somente o príncipe francês entusiasmara-se com a luta pela restituição do trono português a D. Maria da Glória, por isso em 6 de julho D. Pedro desembarca em Paris. Considerado um “herói dos dois mundos” por Lafayette, o Duque de Bragança tornou-se mais popular que o rei francês Luís Filipe e ao transitar pelo Panthéon foi saudado pelo povo com gritos de “Viva o imperador constitucional!” (LUSTOSA, 2006, p.306-307).

Na capital britânica acorreram ao Duque de Bragança vários portugueses dispendo-se a participar da restituição dos direitos de sua filha, entretanto, faltavam recursos financeiros e os acordos negociados junto ao banco *Rothschild* foram infrutíferos. A Inglaterra ciosa de sua política de não-intervenção negava auxílio em homens e armas, postura também adotada pelo monarca francês (LUSTOSA, 2006, p.313).

O problema foi ultrapassado através de um empréstimo negociado entre Agosto e Setembro de 1831, em Londres, com o apoio indirecto de Palmerson e de Talleyrand, e que disponibilizou uma verba inicial de cerca de dois milhões de libras, adiantada pela firma inglesa Ardoin & Cia., e garantida por outras duas casas financeiras prestigiadas, a de Rotschild e a de Ricardo. De facto, o valor do empréstimo reduziu-se a 340 mil libras pelo pagamento de juros, de empréstimos anteriores e outras comissões...Nesse processo também interveio o espanhol Juan Alvares Mendizábal, uma das figuras cimeiras da implantação do liberalismo no país vizinho (VENTURA, 2008, p.49).

Resolvida a questão financeira, iniciou-se o recrutamento de mercenários em Londres, enquanto o próprio D. Pedro preparava-se em treinamentos junto as tropas francesas, além de instruir-se na leitura de livros sobre tática e estratégia militar (LUSTOSA, 2006, p.314-315).

Foram comprados a Inglaterra os navios *Congresso* e *Ásia*, sendo o primeiro transformado na fragata *Rainha de Portugal*, com 59 peças e o segundo rebatizado como fragata *D. Maria II*, com 44 peças. Centenas de estrangeiros de várias nacionalidades agregaram-se nas forças terrestres (VENTURA, 2008, p.50).



Conquistada a fortíssima posição militar e naval de Angra entre os dias 22 e 25 de fevereiro de 1832, D. Pedro parte em junho para recuperar o Continente português, o que ocorrerá ao norte do Porto em 8 de julho, na praia da Arenosa de Pampelido, erradamente confundida com a praia do Mindelo. As forças constitucionais desembarcadas entrincheiraram-se nos muros da Cidade Invicta, dando os miguelistas início ao árduo e prolongado cerco do Porto. Dentre os desembarcados estavam Almeida Garrett, Alexandre Herculano e Joaquim António Aguiar e demais combatentes transportados por 60 navios.

D. Pedro dirigiu-se a Perafita e ordenou um movimento de flanco sobre Pedra Ruiva, ameaçando o general Santa Marta pela sua direita. O comandante miguelista dispunha ainda ali da primeira e da quarta brigadas da divisão do seu comando, mas face àquele movimento seguiu para o Porto durante a noite; evacuou os castelos do Queijo e da Foz; atravessou a cidade, sem deixar à retarguada um só homem, abandonando todos os seus postos e corpos da guarda. Até a cadeia, onde estavam os presos políticos, ficou desguarnecida. Santa Marta atravessou a ponte, que depois cortou, tomando posição em Vila Nova, de onde ficou em observação (VENTURA, 2008, p.59).

A região entre o Douro e o Minho estava cercada por forças de guerrilha e milícias miguelistas, fazendo com que os constitucionalistas batessem em retirada na Vila do Conde, apertando-se o cerco em Souto Redondo e Valongo (VENTURA, 2008, p.60-61).

Em novembro de 1832, o próprio D. Miguel dirigiu-se ao norte de Portugal, para animar suas tropas, sendo recebido calorosamente em Braga. O impasse no Porto persistia sem vitórias significativas para os lados beligerantes. As rivalidades entre os liberais prejudicavam a causa. Após muita relutância, D. Pedro aceitou o regresso do general Saldanha renovando o fôlego liberal em março ao repelir as forças miguelistas no lado da Foz. (VENTURA, 2008, p.71).

Ainda em abril de 1833, o oficial da marinha inglesa Charles Napier aceitou o convite do Marquês de Palmela para comandar a esquadra de D. Pedro, chegando em Portugal com mais quatro oficiais de sua confiança. “A força reunida em Inglaterra e que rumou para o Porto constava de cinco vapores com 150 oficiais e marinheiros experimentados e dois batalhões de militares, um inglês e outro belga” (VENTURA, 2008, p.71-72)

Com a presença de Napier, as forças liberais furaram o bloqueio naval da barra do Douro e uma frota composta por cinco vapores, uma corveta, três fragatas e um brigue com mais 1500 soldados seguiu até ao Algarve, onde desembarcou uma divisão do exército liberal que avançou para Lisboa rapidamente, protegida pela esquadra inglesa. Após uma dura batalha no Cabo de



São Vicente a esquadra miguelista foi liquidada e as forças de D. Pedro rumaram para Lisboa confiada ao Duque de Cadaval, com uma guarnição de seis mil homens, mas entregue ao Comandante-Chefe liberal, Marechal Duque da Terceira, sem combate nem resistência, em 24 de julho de 1833 (VENTURA, 2008, p.73-81).

Apesar da capitulação de Lisboa a guerra continuou pelo Ribatejo, com nova ofensiva das forças miguelistas sobre Lisboa em setembro. Em maio de 1834, na Asseiceira ocorre a batalha definitiva entre constitucionalistas e miguelistas, ganha pelos Cartistas, ao final da qual, o que restava do “exército usurpador” se retirou para o Alentejo, onde D. Miguel aceitou a rendição da Concessão de Évora-Monte, embarcando em Sines para o exílio – com uma pensão anual de 60 contos de réis – a bordo do navio inglês *Stag* (VENTURA, 2008, p.105-120).

D. Maria da Glória, com quinze anos, protegida na corte de Londres junto a sua prima rainha Vitória, pôde finalmente regressar a Portugal no ano de 1834, jurando a Carta Constitucional e subindo ao trono em decorrência da declaração de sua maioridade pelas Cortes e término da regência exercida em seu nome por seu pai (GARRET, 1979).

Os que antes não se “podiam chamar” outra coisa que não de “oprimidos”, eram agora “libertados”. De “escravos” e “autômatos da tirania”, haviam passado a “homens”, a “cidadãos livres”. Era esta a ambição do liberalismo do regime de monarquia constitucional da Carta. A edificação de um “estado cívico” (RAMOS, 2001).

Após a guerra civil em Portugal no ano de 1834, os setores populares continuavam em plena revolta em Lisboa, no Porto e para além destas regiões. Havia-se levantado em armas e o liberalismo agora não lhes recompensava com a cidadania política (BONIFÁCIO, 2002).

## **2 - O mito do Robin Hood do Algarve**

Com longas barbas e olhos expressivos, José Joaquim de Sousa Reis, o “Remexido” destacou-se no sul de Portugal na primeira metade do século XIX e ao redor de sua liderança ora maldita, ora heróica, despertou terror e orgulho nas guerrilhas de apoio à D. Miguel na serra algarviana após o término da guerra civil.

José filho legítimo de Joaquim José dos Reis, e de Clara Maria do Carmo naturaes, e moradores neste lugar de Estombar: Neto paterno de Thomé dos Reis natural desta freguezia, e de Luiza Madalena natural da freguezia de Alvor, e moradores no Povo da Mixoloeirinha, lemite desta freguezia de



Estombar: Neto materno de Joam Gonsalves Roxa, e de Maria da Conceição naturaes, desta freguezia de Estombar, e nele moradores: nasceo aos dezanove dias de outubro de mil, Sete Centos, noventa, e seis annos; e eu José (digo) [sic] foi batizado pelo Reverendo Padre Fr. Jozé de Jesus Maria Godinho, guardéam, do Convento de S. Francisco dos Subúrbios deste lugar, confessor aprovado neste Bispado, e lhe pos os Santos Óleos aos vinte, e dois dias do dito mês: foi Padrinho o Reverendo Padre José Joaquim de Sousa, Cura da freguezia de Porxes, de que fis este termo, que asinei.

José António de Seixas Braga<sup>5</sup>

Filho de agricultores, nascido em 19/10/1796, Remexido ficou órfão e sob a tutela do tio, prior de Alcantarilha, José Joaquim de Sousa. Aos catorze anos foi para o Seminário de São José em Faro tornando-se um aluno aplicado em Retórica, Filosofia e Latim. Com vinte anos dominava o Direito Canônico, a História Eclesiástica e a Teologia Dogmática, era poeta e pregava com êxito para orgulho do tio, agora prior em São Bartolomeu de Messines. Lugar onde conheceu Maria Clara Machado de Bastos de uma rica família de proprietários agrícolas, sobrinha do capitão de ordenanças Manuel Inácio de Bastos e parente dos desembargadores Pedro António e António Pedro Baptista Machado da primeira nobreza de Tavira. Apaixonado, Remexido<sup>6</sup> deixou a carreira religiosa e contrariando as diferenças econômicas entre os dois, casou-se em 26 de julho de 1818 (CABRITA, 2005, p.29-32).

Até 1833 Remexido empenhou-se no desenvolvimento de São Bartolomeu de Messines, onde residiu e nasceram seus filhos. Administrou os negócios do tio de sua esposa, os dízimos da Mitra e do Cabido de São Bartolomeu de Messines e de São Marcos da Serra. Foi responsável pela criação da escola de primeiras letras, pela instalação do forno de pões e participou da petição para a feira franca da Irmandade de Nossa Senhora da Saúde.

(...) Nesta se leu a Provisão alcançada por Jose Joaquim de Sousa Reis de São Bartholomeu na qual a Raynha Nossa Senhora Manda ouvir a Câmara Nobreza e Povo, para deferir ao Requerimento em que se pede a feitura de hum forno de Poia no Povo de São Bartholomeu e sendo assim posto em Pratica todos unaminimente Convem na abertura do dito forno pella grande utilidade que resulta ao Povo do dito lugar que todos asignarão(...)<sup>7</sup>

<sup>5</sup> Registo de baptismo de José Joaquim de Sousa Reis. Livro de registos paroquiais de Estômbar, 1796-1803. Estômbar, 22 de Outubro de 1796. ADL-RP-Estômbar (Lagoa) – Lv. B9, Fl. 5. In: ANTT.

<sup>6</sup> A origem da alcunha de “Remexido” provém das estratégias usadas para convencer os futuros sogros da união matrimonial, sendo conferida por sua futura esposa D. Maria Clara Machado de Bastos.

<sup>7</sup> Acta da leitura da provisão da Rainha, alcançada por José Joaquim de Sousa Reis, para a construção de um forno de poia no povo de São Bartolomeu. Livro de registo de actas das sessões da Câmara Municipal de Silves, 1823-1835. Silves, 17 de Novembro de 1824. CMSLV-B-B/A-001-Lv.2, Fl. 82 e 82v In: ANTT.



Admirado, valorizado por sua instrução, apego à religiosidade e dedicação ao povoado, era um homem de confiança. Em 1828 foi nomeado alferes de ordenanças de uma tropa de 3ª linha para defesa da população (CABRITA, 2005, p.33).

Sendo o Visconde Molellos nomeado general comandante das forças miguelistas no Algarve (1832), Remexido passou a comandar os Terços de Ordenanças de Silves, com 345 espingardas. Entre 1833 e 1834, no desembarque das tropas do Duque da Terceira, Remexido patrulhava as fronteiras entre o Alentejo e o Algarve, interceptando as comunicações do exterior para o exército liberal (CABRITA, 2005, p.34).

Em Setembro de 1833 a Câmara de Faro fez uma exposição a D. Pedro IV onde descreveu o pânico que se vivia na região, essencialmente nas localidades dominadas pelos liberais, nomeadamente Faro, Lagos e Olhão. Receando os ataques dos guerrilhas e montanheiros, e acima de tudo ‘a impossibilidade de resistir por muito tempo em tal apuro, aos guerrilhas devastadores e incendiários’ esta autarquia suplicava a S. Majestade ‘algum socorro de força armada’, pois era mercê de um forte cerco, estando impedindo o abastecimento de víveres à cidade (CABRITA, 2005, p.37).

As guerrilhas do Remexido agiam no cerco e assalto às cidades sob controle liberal e além das fronteiras locais impunham medo às regiões distantes. Desmobilizando as tropas de D. Maria, os guerrilheiros atacaram cartórios e a Câmara Municipal com violência, como em Albufeira. Mesmo com a recriminação dos comandantes e de Remexido, procurando evitar paixões pessoais durante a ação, era difícil conter os excessos. Condenara à pena de morte os envolvidos em assassinatos de civis (principalmente de mulheres, crianças, idosos ou deficientes).

(...) no dia vinte dois do Julho anno paçado sahio o suplicante com a sua familia que não era menos de des pessoas, para Villa Nova porsepitadamente a pé, e forão recolheremse a bordo de hum navio Iglês, aonde elle testemunha se achava dizendo que para ahi vinha com a sua família para se livrar da morte e de insultos, das Garrilhas já estavam proximas a Lagoa por ter ávido dizer, a molher de Lopo Jose Fogaça que vinha do Algoz asasinou digo Algoz dizendo; fuja que ahi vem as garrilhas matando todos do partido da Smª Donna Maria Segunda, o que assim o executou, e pardo as garrilhas em Ferragudo, o suplicante se retoma [sic] para Vila Nova; que ovio logo dizer que o suplicante fora prezo para a cadeia daquela villa, insultado na mesma por muitas vezes queda-se por vir dizer que no mesmo dia em que entravão as Garrilhas nesta villa, que lhe forão a sua caza e a robarão inteiramente, estragando portas janelas vidros e livros e a autos do seu escritório (...)<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Requerimentos de indemnização de perdas e danos de José Joaquim de Ataíde. Lagoa, 21 de Agosto de 1834. CML-J-190-Pt.1833, Fl. 5 a 6. In: AML.





Finda a guerra civil entre D. Pedro e D. Miguel com a Convenção de Évora-Monte, em 26 de maio de 1834 e a elevação de D. Maria II ao trono, Remexido dispersou seus guerrilheiros e tentou viver como agricultor. Não era mais o “cidadão respeitável” mas o “ceifador de vidas inocentes”, motivo do ódio do regime liberal que lhe culpava pelos crimes miguelistas. Não havia anistia para ele, devendo ser caçado, preso e tornado exemplo para os salteadores das matas.

**Figura 1:** Remexido do Algarve



**Fonte:** Litografia de R. Vidal, Lisboa: Lith. R. N. dos Marty. n.º 12. <http://purl.pt/4299> (20/07/2008)

Seu filho mais velho, Manuel da Graça Reis, por ordem do pai, entregou-se às autoridades em 30 de maio de 1834 buscando a anistia do documento de Évora-Monte, mas foi aprisionado, fugindo mais tarde da cadeia em Silves. Os bens da família foram confiscados pelo novo governo, restando uma vida clandestina para seu sustento (CABRITA, 2005, p.38).

A nação portuguesa vivia uma difícil situação política e econômica. Não haviam equipamentos e quadros profissionais para a produção de exportação. A terra fornecia a escassa renda para a administração do Estado e manutenção da realeza, com altos impostos sobre os alqueires. A miséria e as doenças reduziam a população frente aos demais Estados europeus. O poder executivo era precário, as correntes políticas não tinham clareza ideológica refletindo-se na marginalização das camadas populares, na falta de disciplina e comando militar.

O Alentejo e o Algarve sofreram a contra-ofensiva liberal por abrigarem muitos camponeses alistados nas ordenanças que atuaram na guerrilha miguelista entre 1833 e 1834.





O período entre 1834 e 1838 é marcado pela busca da sobrevivência e reassunção de sua liderança como guerrilheiro frente ao exército liberal em seu encalço. Num primeiro momento, abrigado e alimentado pelos serranos, praticava pequenos furtos contra personalidades abastadas da região e redistribuía entre os pobres. Emergia no imaginário popular como um *Robin Hood* algarviano. Atitude relacionada as formas primitivas ou arcaicas de “banditismo social”:

El bandolerismo social, fenómeno universal y que permanece virtualmente igual a sí mismo, es poco más que una protesta endémica del campesinato contra la opresión y la pobreza: un grito de venganza contra el rico y los opresores, un sueño confuso de poner algún coto a sus arbitrariedades, un enderezar entuertos individuales. Sus ambiciones son pocas: quiere un mundo tradicional en el que los hombres reciban un trato de justicia, no un mundo nuevo y con visos de perfección (HOBSBAWM, 2001, p.16).

Segundo Hobsbawm (2001, p.16-17) o caráter epidêmico do “banditismo social” ocorre nos momentos em que a sociedade campesina não consegue obter outra forma de autodefesa em situações de tensão ou alterações anormais. O banditismo necessita de organização ou ideologia, resultando em sua inadequação aos movimentos sociais modernos, por isso seu arcaísmo. Seu desenvolvimento se dá através de guerrilhas, porém isoladamente ineficazes.

No caso da guerrilha do Remexido, principalmente no pós-guerra, nota-se a presença de uma ideologia e uma organização vinculadas às especificidades regionais e de seus participantes. Seus resultados, longe da ineficácia, preocupam as autoridades liberais que não conseguem debelar o movimento, revelando a própria inoperância na manutenção da ordem que desejavam.

Na reunião extraordinária da Câmara Municipal de Silves, em 27 de dezembro de 1834, por ocasião da morte do Capitão da Guarda Nacional de S. Bartolomeu pelos guerrilheiros no dia 23 nas Fontes de Louzeiros (CABRITA, 2005, p.39). A Acta de Vereação relata:

os ‘malvados’ tinham planos para atacar outras povoações, como já tinha acontecido no ‘dia 24 à noite o povo de Alcantarilha’, pelo que a Câmara solicitava mais ‘40 praças e um oficial, para ser este ponto reforçado, a fim de evitar qualquer tentativa desesperada dos malvados’ (CABRITA, 2005, p.39).

A partir de 1836 a guerrilha do Remexido foi bem sucedida em Ourique e São Bartolomeu de Messines, onde o quartel da guarda liberal foi assaltado e incendiado com oito baixas entre os soldados. As Câmaras de Silves, Vila Nova, Lagos, Monchique e Odemira estavam aterrorizadas. Em 21 de março, D. Miguel fez uma “Proclamação aos portugueses” para retornarem à causa da Pátria e da Santa Religião.



Cumpre mostrar á Europa, que o governo tyranico que vos domina não assenta na vontade do Povo Portuguez, mas simplesmente na de um punhado de assassinos e revolucionários de todas as nações, que, aliciando alguns incautos com falsas promessas, tiveram o arrojo de se conspirarem contra Mim, contra a Pátria, e o que é mais, contra a RELIGIÃO SANTA, que havião jurado defender!<sup>9</sup>

As Câmaras Municipais de Lagoa e Silves suplicaram auxílio à Rainha relatando a insegurança nas províncias, exigindo “medidas enérgicas e eficazes, pelas quais de uma vez se extingue a sanguinária guerrilha do infame Remexido, que ameaça de morte os fiéis súbditos de Vossa Majestade”, a ocupação da serra, a perseguição contínua por colunas volantes para encontrar e extinguir o esconderijo da guerrilha (CABRITA, 2005, p.40).

Em novembro de 1836, da Itália, D. Miguel nomeou Remexido “Governador do Reino do Algarve e Comandante em Chefe Interino de todas as Tropas Realistas, Regulares e Irregulares, do Exército de Operações do Sul”, com a comenda da Torre e Espada. O ex-regente enviaria dinheiro a Remexido usando um frade franciscano, capelão da Infantaria n.º 13, que embarcaria em Gênova para a ilha da Madeira transportando a remessa a seu destinatário. Mas os planos fracassaram e o frade foi preso em Gibraltar e reenviado a Gênova (QUINHONES, 1990, p.34).

Portugal estava estagnado economicamente com prejuízos na agricultura e no comércio. Sua população clamava à autoridade régia pela declaração do “estado de sítio”.

A verdade é que Remexido, vai impunemente, onde quer, que suas hordas ainda à pouco penetraram no Algoz, (...) apenas em Lagos e Faro o cidadão se pode dizer seguro, e que nas mais partes de toda a província não há segurança individual. (...)Nenhuma povoação está livre de ser invadida, e que não são as pequenas da serra, cujos habitantes em geral são os mesmos homens do Remexido, mas as grandes que o temem. (...)Um bando de facínoras que tem aumentado em grande número sedentos do sangue liberal, roubando fardamentos, estorvando o trânsito para o Alentejo, interceptando os correios, chegando até a levar os gados dos povos do centro do Algarve. É pois bem fundado o temor dos habitantes do Algarve. (...) Não podemos enfim acabar esta representação sem lembrar a V. Majestade, como a orla marítima do Algarve, onde de facto V. Majestade só domina, digo V. Majestade, que o usurpador reina na serra, na serra que tão legitimamente pertence a V. Majestade (CABRITA, 2005, p.40-41).

---

<sup>9</sup> Diversos documentos relativos à guerrilha do Remexido, 1ª divisão, 21ª secção, caixa 7, n.º 1. In: AHM.



O Ministro do Reino, vacilante, discutia no Congresso a proposta de atear fogo a serra, mas não agia com eficácia para aliviar os ânimos temerosos do sul do país, enquanto Remexido saqueava e cobrava contribuições e empréstimos de guerra por ordem de D. Miguel.

A mudança veio ao final de 1837 no comando do coronel Joaquim Gomes Fontoura, na 8ª Divisão Militar. Distribuiu fardamentos à guarda, incorporou combatentes, pagou-lhes os salários atrasados e criou em Loulé um hospital de campanha com um empréstimo compulsivo de vinte e cinco contos de réis das Câmaras Municipais da região para custear as despesas.

Em 20 de Janeiro de 1838 ordenou a mesma Auctoridade com.te Fontoura aos Contadores de Fazenda dos Districtos de Faro, Beja e Évora que pozessem á dispozição do Pagador da 8ª Divizão Militar todos os dinheiros existentes nos Cofres das suas respectivas Contadorias, afim de se pagar os prets e Soldos ás Tropas da mesma Divizão que se achavão em grande atrazo; tudo pela Authorização consignada na Portaria do Ministério da Guerra de 13 de Janeiro ultimo.

Em 28 ordenou o mesmo Chefe Superior, que se convocasse hum Conselho das Authoridades e Capitalistas desta Cidade e Districto para deliberarem sobre o modo de realizar por meio de hum empréstimo, a quantia de 25.000\$000 rs. para o pagamento das tropas, cujo resultado tive a honra de communicar a V.Excª em o meu Officio n.º 53 de 3 de Fevereiro corrente. Eis aqui qual o uso dos poderes extraordinários conferidos pela citada Ley aos Delegados do Governo de S. M. neste Districto Administrativo em todo o período acima marcado<sup>10</sup>.

Fontoura combatia a grave crise financeira que se abatera sobre o reino desde a guerra civil. A precariedade existente nas casernas e as penas corporais severas aos soldados contribuía para a ampliação das desersões, resultando nos malogros governistas. Com a melhoria das condições operacionais as tropas liberais obtiveram alguns sucessos. Ainda promoveu: “o isolamento da serra, o estabelecimento de acantonamentos militares permanentes na região e a ruptura dos laços que união as populações aos guerrilheiros” (FERREIRA, 2002, p.303).

Em maio de 1838, Fontoura foi substituído pelo Barão da Ponte de Santa Maria, organizando-se colunas volantes para bater as serras onde foi morto um filho de 13 anos de Remexido e aprisionadas a esposa e as filhas do guerrilheiro (CABRITA, 2005, p.43-44).

Em 28 de julho, sob intenso fogo das tropas da Rainha, Remexido foi preso e encaminhado a São Bartolomeu de Messines, onde o esperava o general Barão da Ponte de Santa

---

<sup>10</sup> Governo Civil, Livro da Correspondência com os Ministros, 1838-1839, cota 355-A, registro n.º 73, fl. 31v. In: ADF.



Maria. Percebendo o espantoso aparato por sua chegada, disse: “*Apresentam-me a V.Ex<sup>a</sup> como se eu fosse um 2º Napoleão, tendo apenas dominado umas 18 léguas*”(CABRITA, 2005, p.45).

Levado a Faro, escoltado por 1.000 homens da Guarda Nacional, seguido por bandas de música, foi exibido como o triunfo dos liberais. Havia público, a multidão para ver o “facínora”; havia espetáculo, o constrangimento do inimigo fixando uma memória de glórias para contrapor aos fracassos no Algarve; havia ator, Remexido, julgado no Conselho de Guerra na Misericórdia de Faro, tendo proferindo uma homilia culpando o governo de D. Maria II por suas ações.

(...) eu obedeci, e principiei a crer obedecer ao actual Governo da Senhora D. Maria II; porque recebendo a declaração da cassação das hostilidades eu dissolvi a força que comandava, e querendo eu obedecer nem de facto, nem de direito me deixaram obedecer, de direito porque consistia em assignar um Auto que não assignei, de facto porque logo que a força se dissolveu me perseguiram; (...) e para prova de que eu quis obedecer, é que no dia 30 de Maio de 1834, fiz marchar meu filho, dizendo-lhe tu és uma criança, ninguém te poderá criminalizar de crime algum, nem de morte, nem de roubos, se tu fores bem tractado, eu então também vou; (...) porém não aconteceu assim porque a perseguição continuou, até que foi preso, e seria morto, se não fosse o Sr. Tenente Coronel de Nº 4 (...) outros guerrilhas se apresentaram e foram mortos, vendo eu isto, não tive outro remédio senão esconder-me (...) não tinha tenção de pegar em armas, e a prova é que 27 mezes me conservei occulto fazendo vida de Lobo<sup>11</sup>.

Erguia-se o mito do chefe militar de princípios e firme convicção na superioridade da religião católica pela qual também levantou armas, sendo após Évora-Monte, a face da contra-revolução miguelista com maior credibilidade e seu mais ousado líder político em Portugal.

Condenado ao fuzilamento, aos 41 anos, Remexido encomendou sua alma a Deus em frente aos seus executores. As cortinas cerravam-se no palco sul e embora focos de guerrilhas persistissem, o ato principal consumara-se, o verdadeiro Rei do Algarve coroara-se no último suspiro.

## **Referências Bibliográficas**

BERSTEIN, Serge (dir.). **La démocratie libérale**. Paris: PUF/coll. Histoire générale des systèmes politiques, VII, 1998.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. **O século XIX português**. Lisboa: ICS, 2002.

---

<sup>11</sup> Extraído da “Sessão do Concelho de Guerra feito ao Chefe de Guerrilhas José Joaquim de Sousa Reis, Remechido, no dia 1º de Agosto de 1838, no Edifício da Misericórdia da Cidade de Faro no Reino do Algarve”, publicado em Suplemento ao *Diário do Governo*, nº 188, fôlio de 10, p.6-7.



BORGES, João Vieira. Portugal militar no início do século XIX. In: SOUSA, Maria Leonor Machado de (Coord.). **A Guerra Peninsular: Perspectivas Multidisciplinares**. Vol. 1. Lisboa: Caleidoscópio, 2008.

CABRITA, Aurélio Nuno. O Remexido. Traços biográficos de um homem coerente e fiel aos seus princípios In: CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA (Org.). **Remexido**. Lagoa/ Portugal: NC& G, 2005.

FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Mello. **Rebeldes e Insubmissos**. Resistências populares ao liberalismo (1834-1844). Porto: Afrontamento, 2002.

GARRET, Almeida. Já temos uma Pátria, que nos havia roubado o despotismo In: SERRÃO, Joel. **Liberalismo, Socialismo e Republicanismo**. Antologia de pensamento político português. Lisboa: Livros Horizonte, 1979.

HOBBSAWM, Eric J. **Rebeldes primitivos**. Estudio sobre las formas arcaicas de los movimientos sociales en los siglos XIX y XX. Barcelona: Crítica, 2001.

LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. **D. Miguel**. Porto: Círculo de Leitores, 2006.

LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I**. Um herói sem nenhum carácter. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

MALAFAIA, Eurico de Ataíde. Quais foram os aspectos determinantes e o tempo de duração da guerra peninsular? In: SOUSA, Maria Leonor Machado de (Coord.). **A Guerra Peninsular: Perspectivas Multidisciplinares**. Vol. 1. Lisboa: Caleidoscópio, 2008.

MARTINS, Oliveira. **Portugal Contemporâneo**. Vol. I. Porto: Lello & Irmão, 1981.

MESQUITA, José Carlos. O Remechido, glória e morte de um mito. In: CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA (Org.). **Remexido**. Lagoa / Portugal: NC& G, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais**. A cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan /FAPERJ, 2003.

OLIVEIRA, Luís Valente de; RICUPERO, Rubens (Orgs.) **A abertura dos Portos**. São Paulo: SENAC, 2007.

QUINHONES, António Guedes de. **Memórias de um miguelista renegado**. A guerra civil e D. Miguel exilado (1828 – 1841). Lisboa: Alfa, 1990.

RAMOS, Rui. **João Franco e o fracasso do reformismo liberal**. Lisboa: ICS, 2001.

REIS, Antonio do Carmo. **Nova História de Portugal**. Das origens, no extremo ocidente da Ibéria, à actualidade, na União Européia. Portugal: Casa das Letras, 2005.



REMOND, René (Org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RUDÉ, George. **A multidão na história**. Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal**. Portugal: Europa-América, 2007.

SERRÃO, Joel. Democratismo versus liberalismo. In: PEREIRA, Miriam Halpern; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo e SERRA, João B. **O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX**. Vol. 1. Portugal: Sá Costa, 1981.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira. **Nova História de Portugal**. Portugal e a instauração do liberalismo. Vol. IX. Lisboa: Presença, 2002.

TORGAL, Luis Reis. Tradicionalismo absolutista e contra-revolução: 1820-1910. In: MEDINA, João. **História Contemporânea de Portugal**. Genova: Ferni, s/d.

VALENTE, Vasco Pulido. **Os Devoristas**. Portugal: Quetzal editores, 1993.

VENTURA, Antonio. **As Guerras Liberais (1820-1834)**. Lisboa: QuidNovi, 2008.

WIESEBRON, Marianne L. Bandidos ou guerrilheiros: a violência na época de D. Pedro IV. In: RAMOS, Luís Oliveira (Coord.) **Actas do Congresso Internacional D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal**. Porto: Universidade do Porto, 2001, pp. 641-657.

WILCKEN, Patrick. **Império à Deriva**. A corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

*Recebido em Dezembro de 2012  
Aprovado em Julho de 2013*